

**TJPE****GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO CANTO**
3ª CÂMARA CÍVEL*fol 1***Recurso de agravo na apelação n. 317309-5**

Agravante: CELPE

Agravado: Josélia Tenório de Melo

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

EMENTA: Recurso de agravo na apelação. Consumidor. Corte de energia elétrica sem prévio aviso. Danos morais. Manutenção. Agravo não provido à unanimidade.

1. Segundo o art. 91, §1º, "a" da Res. 456/2000 da ANEEL, no caso de atraso no pagamento de fatura relativa ao serviço de fornecimento de energia elétrica deve haver aviso prévio, além de ser respeitado o prazo mínimo de 15 dias entre a comunicação e a efetivação do corte.
2. Nos autos, não há nenhuma comunicação prévia formal de suspensão da energia, portanto, não há se falar em regularidade do procedimento adotado pela CELPE.
3. Assim, Inquestionáveis o dano, o ato comissivo do agente, o liame causal entre ambos, encontra-se caracterizado o dever de indenizar.
4. Assim, dadas as peculiaridades do caso sob exame, mantenho o valor do dano moral fixado na sentença em R\$ 5.000,00, no sentido de obedecer aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade.
5. Devem incidir juros moratórios de 1% ao mês a partir da citação (CPC - art. 219 e CC - art. 405), sendo indenização por danos morais oriunda de relação contratual."
6. Negou-se provimento ao agravo, por unanimidade.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Recurso de Agravo na Apelação n. 317309-5, no qual figuram como partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, em negar provimento, por unanimidade, ao recurso, na conformidade do relatório, do voto e da ementa.

Recife, *22.5.17***EDUARDO SERTÓRIO CANTO**
Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO CANTO
3ª CÂMARA CÍVEL

Recurso de agravo na apelação n. 317309-5

Agravante: CELPE

Agravado: Josélia Tenório de Melo

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo interposto por **CELPE** contra decisão terminativa de fls. 135/136, de minha lavra.

Adoto o relatório da decisão agravada, adiante transcrito:

Ação: Josélia Tenório propôs ação de indenização por danos morais contra a CELPE.

A autora aduziu na inicial ter a CELPE cortado de forma indevida o fornecimento de energia elétrica de sua residência. Isso porque, o não pagamento do débito no valor de R\$ 21,46, com vencimento em 12/01/2011, que motivou o corte não teria sido efetuado porque não tinha ciência de nenhuma conta em aberto. Afirmou, ainda, ter realizado pagamento de outra conta no valor de R\$ 46,62 na mesma data da fatura em aberto.

Assim, requereu indenização por danos morais no valor de 40 salários mínimos em razão do corte indevido.

Sentença prolatada pelo juízo da Vara Única da Comarca de Correntes (fls. 78/82): julgou **parcialmente procedente** os pedidos, para condenar a CELPE ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 5.000,00, a ser corrigido monetariamente pela tabela da Encogé a partir da publicação da sentença, e juros moratórios de 1% ano mês a partir do ato ilícito, sob fundamento de corte ilícito por ausência de aviso prévio ao corte.

Condenou, ainda, a Celpe ao pagamento das custas e honorários advocatícios, fixados na razão de 10% sobre o valor da condenação.

Apelação da CELPE (fls. 92/109): **Sem preliminares. No mérito**, pugna a CELPE pela reforma da decisão, aduzindo, em síntese, pelo afastamento da condenação de indenização por danos morais, em decorrência da legalidade do corte efetuado. Subsidiariamente, pela redução do valor fixado a título de indenização por dano moral e fixação da correção monetária e juros de mora a partir do arbitramento da sentença.

Contrarrazões (fls. 117/122): pugna pela manutenção da sentença em todos os seus termos."

E acrescento:

Decisão terminativa às fls. 135/136: nos termos do art. 557, *caput*, do CPC, **negou seguimento ao apelo**, porque manifestamente improcedente, entretanto, modificou *ex officio* a incidência dos juros de mora para iniciarem a partir da citação, pois trata-se de indenização por danos moral oriunda de relação contratual.

A **CELPE** nas razões deste recurso pugna pela reforma do julgado, sustentando em síntese, pela ausência de configuração dos danos morais, e subsidiariamente pela redução do seu valor.

Ao final, requer seja exercido o juízo de retratação por esta relatoria, para conhecer do respectivo apelo, caso contrário, sejam os autos apresentados em mesa, para proferimento de decisão colegiada, dando-se provimento ao presente recurso.

Diante da previsão contida no art. 254, §1º, do RITJPE, por não exercer o juízo de retratação, coloco o recurso em mesa para julgamento, independentemente de pauta.

É o relatório.

Recife, 05.09.14

EDUARDO SERTÓRIO CANTO

Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO CANTO
3ª CÂMARA CÍVEL

160
1

Recurso de agravo na apelação n. 317309-5

Agravante: CELPE

Agravado: Josélia Tenório de Melo

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

Voto

Presentes os pressupostos para a sua admissibilidade, conheço do presente recurso.

Em razão da agravante apenas ter ratificado os argumentos expostos na Apelação, verifico que todas as suas alegações foram rebatidas pela decisão agravada às fls. 139/145.

Assim, merece ser mantida por seus próprios fundamentos jurídicos.

Desta feita, reporto-me ao mérito da decisão recorrida, *in verbis*:

"O cerne da controvérsia gira em torno da condenação em danos morais em razão de ilegalidade cometida pela CELPE ao cortar o serviço de energia elétrica na residência da consumidora sem a ocorrência de aviso prévio.

A apelante, CELPE, defende, em síntese, a legalidade do corte por ela adotado no dia 23/03/2011, pois a fatura ensejadora do corte não foi paga.

Entretanto, da análise acurada dos autos depreendo que a referida suspensão se deu indevidamente pela ausência de notificação prévia de suspensão do fornecimento de energia. Vejamos.

Segundo o art. 91, §1º, "a" da Res. 456/2000 da ANEEL, no caso de atraso no pagamento de fatura relativa ao serviço de fornecimento de energia elétrica deve haver aviso prévio, além de ser respeitado o prazo mínimo de 15 dias entre a comunicação e a efetivação do corte. *In verbis*:

"Art. 91. A concessionária poderá suspender o fornecimento, após prévia comunicação formal ao consumidor, nas seguintes situações:

I - atraso no pagamento da fatura relativa a prestação do serviço público de energia elétrica;
(...)

§ 1º A comunicação deverá ser por escrito, específica e de acordo com a antecedência mínima a seguir fixada:

a) 15 (quinze) dias para os casos previstos nos incisos I, II, III, IV e V;
(...)"

Neste sentido, confira-se o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INADIMPLENTO. FRAUDE NO MEDIDOR. APURAÇÃO UNILATERAL. CORTE. DÉBITOS PRETÉRITOS. IMPOSSIBILIDADE. PRETENSÃO DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. 1. **Nos termos da jurisprudência do STJ, é ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando:** a) a inadimplência do consumidor decorrer de débitos pretéritos; b) o débito originar-se de suposta fraude no medidor de consumo de energia, apurada unilateralmente pela concessionária; e c) **inexistir aviso prévio ao consumidor inadimplente.** 2. Hipótese em que a concessionária discute antecipação de tutela concedida pela primeira instância e confirmada pelo tribunal de justiça, em ação movida pela defensoria pública em favor de pessoa humilde (lavrador), ficando assentado que a ameaça de suspensão do serviço é consequência de débitos pretéritos, de mais de três anos (período de março de

2007 a maio de 2010), apurados unilateralmente e por estimativa, o que caracteriza, assim, a ilegalidade da suspensão. Com esse entendimento, cito recentes julgados desta segunda turma: RESP 1.336.889/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, segunda turma, dje 11/06/2013; AGRG no AREsp 354.991/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, segunda turma, dje 11/09/2013; AGRG no AREsp 273.005/ES, Rel. Ministro Humberto Martins, segunda turma, dje 26/03/2013; RESP 1.168.002/RS, Rel. Ministro Castro Meira, segunda turma, dje 12/3/2013. 3. Agravo regimental não provido. (STJ; AgRg-AREsp 344.869; Proc. 2013/0151509-8; MG; Segunda Turma; Rel. Min. Herman Benjamin; DJE 22/10/2013) (original sem destaques)

Nos autos, não há nenhuma comunicação prévia formal de suspensão da energia, portanto, não há se falar em regularidade do procedimento adotado pela CELPE.

Assim, inquestionáveis o dano, o ato comissivo do agente, o liame causal entre ambos, encontra-se caracterizado o dever de indenizar.

No tocante ao valor fixado na indenização dos danos morais, de fato, para sua quantificação devem ser considerados determinados critérios, tais como: a) compensação dos danos amargados pelo lesado, b) nível socioeconômico das partes, c) intensidade do dolo ou grau da culpa do ofensor, d) repercussões do fato na comunidade em que vive o ofendido e, e) o caráter pedagógico da medida, no sentido de estimular o ofensor a não reincidir no ilícito praticado.

Nesse sentido, ponderando sobre o caráter pedagógico da medida, identifico na figura do ofensor uma grande empresa de energia elétrica, em detrimento de consumidor de um produto essencial a uma vida digna, não se mostrando correto reduzi-la a patamares ínfimos, pois não teria qualquer impacto educativo sobre a apelante.

Ademais, o valor fixado na condenação em danos morais pelo juízo de piso apenas deve ser reformado para se enquadrar nos padrões da razoabilidade, conforme entendimento dominante da jurisprudência do STJ, demonstrado no aresto abaixo ementado:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. 1. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no presente caso. 2. A revisão do julgado encontra óbice na Súmula 7/STJ, por demandar o vedado revolvimento de matéria fático-probatória. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 1340770/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 26/04/2011, DJe 10/05/2011) (original sem destaques)

Assim, dadas as peculiaridades do caso sob exame, **mantenho o valor do dano moral fixado na sentença em R\$ 5.000,00**, no sentido de obedecer aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade.

Outrossim, por se tratar de matéria de ordem pública modifico *ex officio* a incidência dos juros moratórios de 1% ao mês a partir da citação (CPC - art. 219 e CC - art. 405), sendo indenização por danos morais oriunda de relação contratual."

Por essas razões, mantenho a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos.

Diante do exposto, conheço o recurso, mas voto pelo seu **NÃO PROVIMENTO**, mantendo a decisão monocrática.

É como voto.

Récife, 25.9.11

EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator